

VISÃO DO CORREIO

Esperança contra o HIV esbarra no desafio pelo acesso

A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de conceder o registro ao lenacapaví, um medicamento injetável de ação prolongada, administrado semanalmente, renova as esperanças na longa batalha contra a epidemia de HIV. Com a aprovação, oficializada nesta segunda-feira, o Brasil dá um passo regulatório fundamental para modernizar suas estratégias de prevenção e tratamento. Contudo, a celebração do avanço técnico não pode ofuscar um ponto fundamental: a inovação, por si só, não salva vidas se não estiver ao alcance de quem precisa.

A nova substância ainda não é uma vacina, nem a cura definitiva. Mas representa uma evolução robusta da chamada Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). Sua grande virtude reside na substituição da disciplina diária de comprimidos, sujeita a esquecimentos e ao estigma social, por duas injeções anuais. Para populações vulneráveis e indivíduos com dificuldade de adesão ao tratamento convencional, essa mudança de paradigma é essencial para a sobrevivência.

No entanto, o abismo entre a aprovação regulatória e a efetiva distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é imenso, causado pelas cifras proibitivas. O custo atual do tratamento, praticado em mercados internacionais, é incompatível com a realidade orçamentária brasileira. Cria-se, assim, um dilema ético e sanitário: de nada adianta dispor de uma "bala-

de prata" farmacológica se ela permanecer restrita às prateleiras das clínicas privadas ou a uma elite econômica, enquanto a epidemia continua a prejudicar quem nunca teve condições financeiras.

É oportuno lembrar que o Brasil tem um histórico invejável no combate à Aids, reconhecido globalmente pela ousadia de quebrar patentes e negociar preços agressivos nas décadas de 1990 e 2000, em um processo liderado pelo então ministro da Saúde, José Serra, e que se seguiu nas gestões posteriores. Esse legado de soberania sanitária precisa ser invocado agora.

O caminho para que o lenacapaví chegue aos postos de saúde de todo o país é, obviamente, longo e burocrático, passando ainda pela avaliação de custo-efetividade da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Obstáculos orçamentários, porém, não podem servir de justificativa para a inércia. A equação financeira deve ser resolvida, jamais ignorada. Neste momento, o Ministério da Saúde tem diante de si a tarefa árdua de travar uma negociação firme com a fabricante, utilizando o poder de compra estatal como alavanca para reduzir os valores a patamares exequíveis.

É imperativo que a vontade política se sobreponha à lógica puramente mercadológica, garantindo que o interesse público prevaleça. A tecnologia já fez a sua parte. Cabe agora ao Estado garantir que ela cumpra sua função social.

ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Sátira renovada

Em tempos de celebração das vitórias do cinema nacional no Globo de Ouro, voltou a viralizar, nesta semana, um vídeo publicado no fim do ano passado sobre o Brasil Awards 2025. Trata-se de uma peça satírica que simula uma luxuosa cerimônia de premiação fictícia, gerada por inteligência artificial.

A ironia central é a frase-chave exibida no vídeo: "A única premiação onde quanto pior o governo vai... mais categoria aparece". O tom é provocativo, com estética de Oscar, aplausos da plateia e discursos solenes contrastando com a crítica implícita. Na categoria "Melhor atuação", por exemplo, o prêmio foi para "Xandão", que é o apelido dado nas redes sociais ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, pelo papel no filme ficcional "O curioso caso do Banco Master e a mulher do ministro".

Já entre os apoiantes do presidente Lula, o viral da vez é um vídeo que simula a prática de atividades físicas pelo petista. Inspirado na postagem da primeira-dama, Janja, no fim de semana, em que ressalta a boa forma do presidente, as cenas, também geradas por inteligência artificial, mostram Lula na academia, correndo uma fictícia maratona de São Paulo e disputando uma prova de natação em mar aberto. Termina com imagens do ex-presidente Jair Bolsonaro na prisão, vendo o vídeo em uma televisão de tubo.

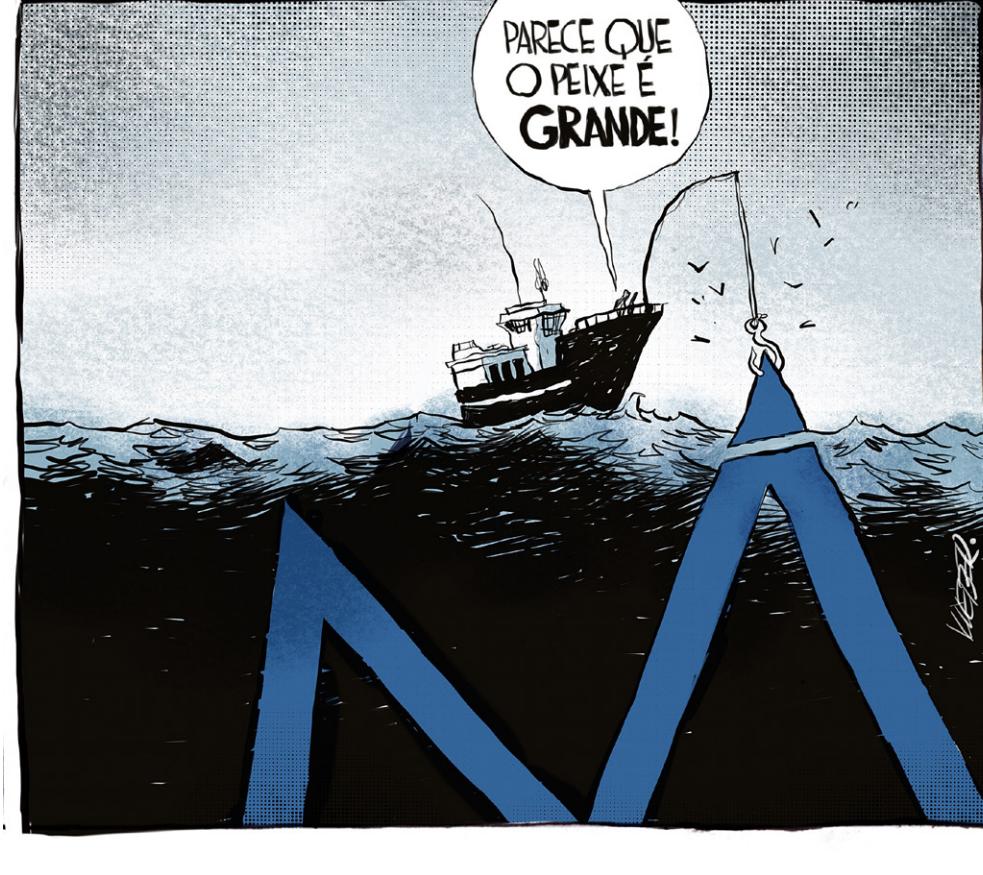
Pego os dois vídeos como exemplos para abordar um tema que precisa ser enfrentado com seriedade: conteúdos audiovisuais gerados por inteligência artificial vieram para ficar no marketing político e no debate público. Não se trata de uma moda passageira, mas de uma nova linguagem, capaz de traduzir disputas simbólicas em imagens familiares, reconhecíveis, extraídas do cotidiano e embaladas com humor, ironia ou exaltação. Gostemos ou não, esses vídeos já ocupam um espaço relevante na formação de percepções políticas, sobretudo nas redes

sociais, onde a imagem fala mais alto do que qualquer nota oficial.

Há, nesse fenômeno, um aspecto que não deve ser demonizado de partida. A sátira política sempre fez parte da vida democrática. Charges, caricaturas, programas humorísticos e paródias audiovisuais cumprem o papel de tensionar o poder, expor contradições e provocar reflexão. A inteligência artificial, nesse sentido, apenas amplia o repertório estético disponível, permitindo encenar críticas ácidas ou narrativas elogiosas com um grau derealismo que impressiona e engaja. Quando bem identificados como peças de humor ou propaganda, esses vídeos dialogam com uma tradição legítima de crítica pública.

O problema surge justamente na zona cinzenta que essa tecnologia inaugura. Aliinha que separa o meme da denúncia, ou a ficção da acusação, torna-se cada vez mais tênue. Vídeos hiper-realistas podem sugerir comportamentos, falas ou situações que nunca ocorreram, mas que, uma vez lançados no fluxo acelerado das redes, ganham status de verdade para parcelas significativas do público. A velocidade da circulação supera a capacidade de checagem, e o impacto emocional precede qualquer verificação racional. Não é difícil imaginar conteúdos que coloquem autoridades em situações comprometedoras, fabricadas digitalmente, mas verossímeis o suficiente para causar danos imediatos à reputação, à confiança institucional e até à estabilidade política.

Em contextos de polarização intensa, a predisposição a acreditar no que confirma convicções prévias torna o ambiente ainda mais vulnerável à manipulação. O desafio, portanto, não está em proibir ou censurar essas ferramentas, o que seria ineficaz e indesejável, mas em reconhecer riscos e exigir transparência, responsabilidade e educação midiática. Estamos preparados?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Integridade democrática

O conhecimento não nasce apenas da educação formal. Ele se constrói também a partir de estímulos intelectuais, emocionais e físicos que moldam a experiência humana. Técnicas variadas solidificam o saber, que vai além da simples exposição às disciplinas curriculares. O ensino, para ser eficaz, deve incorporar atividades lúdicas e integrar artes, cultura, ciência e tecnologia em proporções equilibradas. Nesse contexto, a lucidez intelectual é possível em uma democracia, mas não está garantida. Ela depende de condições sociais e políticas que assegurem educação de qualidade, liberdade de expressão e diversidade de pensamento. Sem esses pilares, tende a se concentrar em grupos privilegiados. O apoio declarado à democracia não basta. Em situações de conflito de valores ou interesses, governadores e governados podem falhar em condenar práticas antidemocráticas, colocando em risco o futuro democrático. A resiliência institucional exige mais do que regras e decisões judiciais: depende da disposição cidadã em priorizar a integridade democrática.

» Marcos Fabrício
Asa Norte

Banco Master

Ao que tudo indica, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), usou a Polícia Federal (PF) apenas para recolher e guardar provas envolvendo o Banco Master. Não é crível um magistrado impedir que a PF tenha acesso a material apreendido lacrado, pois retira da polícia sua função investigativa. Mais grave ainda é permitir que somente a Procuradoria-Geral da República (PGR), cuja atribuição não é meramente a de investigar, mas, sim, a de acusar e representar os interesses da União e a execução e o cumprimento da lei, tenha acesso ao conteúdo. Não para por aí: o prazo exígido dado pelo ministro à operação também carece de razoabilidade.

Prazos curtos, acareações inadequadas e demais atropelos às fases procedimentais podem ser uma forma deliberada de incubar nulidades que farão a festa da defesa do banco adiante, anulando tudo e livrando todos. Diante desse cenário de reiterados abusos e interesses supostamente particulares vindos de ministros da Suprema Corte, cabe a pergunta: quando o Senado cumprirá seu papel de tornar impeditos juízes que violam as prerrogativas de seu cargo?

» Ricardo Santoro
Lago Sul

Revisão de obras

GDF anuncia estudo para implantação de VLT na Avenida Hélio Prates. Eles estão dando um tiro no pé. Se andarmos pelo DF, veremos obras por todos os lugares e dinheiro público mal administrado. Há obras em lugares em que não era preciso mexer e obras que é preciso uma revisão, como o caso do viaduto do Recanto das Emas, na parte voltando do Gama para a Samambaia. Ali, quando passam ônibus e carros, é instável. Quem vem do Recanto das Emas passa pelo viaduto em alta velocidade, e quem está na outra mão fica esperando uma oportunidade de travessia para seguir o destino. Deveria ter uma lombada ou um semáforo para a redução da velocidade. Gostaria que a excellentíssima governadora passasse por ali em horário de pico.

» Elias Rodrigues
Brasília

Ambição

A China registrou, em 2025, um superavit recorde de US\$ 1,2 trilhão na balança comercial, apesar do tarifaço de Trump. Embora os Estados Unidos ainda não tenham fechado as contas do ano passado, amargaram resultados negativos ao longo do mesmo período. Ambição e arrogância fazem muito mal.

» Emílio Gonzaga Lopez
Vicente Pires

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A Groenlândia não é uma abstração geopolítica, mas um território autônomo, com povo, história e voz. Elegância diplomática, por parte de Trump, nesse caso, significaria reconhecer que soberania não se negocia, muito menos se impõe. Porém, ele não liga pra isso!

» Pacelli M. Zahler — Sudoeste

A briga entre Damares e Malafaia nos trouxe informações valiosas sobre corrupção envolvendo pastores e igrejas evangélicas. Que providências serão adotadas pelas autoridades competentes para sanear a área?

» Sylvo Belém — Recife

Caos na saúde e na segurança de Brasília, e o GDF acena com aporte em caso de prejuízo com banco liquidado. Nas eleições de 2026, o GDF apostava na curtissíma memória do eleitor.

» Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

O GDF deveria criar um espaço onde todos tivessem o acesso a terapias gratuitas. A maioria das mães atípicas não tem condições de pagar um plano de saúde para os filhos!

» Rosângela Falcão — Brasília

Ao dizer que "a arte existe porque a vida não basta", Ferreira Gullar cunhou não só a mais poética definição da importância da arte como a mais objetiva forma de explicar que ela vai além dos limites da própria vida, que, sem ela, viver não valeria a pena. Lindo e perfeito.

» José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

ERRAMOS

Ao contrário do que foi publicado na página 3, na edição de 15 de janeiro, a influenciadora Bella Falconi nega que seja irmã do empresário Fabiano Campos Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro.

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara"

Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 5,00 R\$ 7,00

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

[promocional]

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 WhatsApp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Correio do Brasil e Telebras (3342-1000) ou (61) 99154.0045 WhatsApp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empréstimo terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação só sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

» Emílio Gonzaga Lopez

Vicente Pires

SA-CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varella, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rua Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp.

ANJ ANJ
ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS

Enderroco na Internet: <http://www.correioeb.com.br>. Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press.

Tel: (61) 3214-1131

DÍARIOS ASSOCIADOS

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias;

SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;

de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:

e-mail, telefone ou pessoalmente; de segunda a sexta, das 9h às 22h;

sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.

Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.

E-mail: dapress@dab.com.br Site: www.dapress.com.br